

LEI Nº 883 - De 27 de Outubro de 1.980.

"DISPÕE SOBRE OPERAÇÃO DE CRÉDITO"

A Câmara Municipal de Porto Nacional, Estado de Goiás, Decreta, e Eu, em seu nome, sancio no a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica a Prefeitura Municipal de Porto Nacional, Estado de Goiás, autorizada a contratar os serviços da Firma SOTREQ SA de Tratores e Equipamentos, revendedor exclusivos dos Equipamentos Caterpillar, com sede na Cidade de Goiânia Goiás à " Av. Meia Ponte, 3080, Santa Genoveva, para execussão dos serviços de reforma de uma Motoniveladora Caterpeillar, Mod. " 120B-Série 64U3821 de utilização em serviços Municipais.

Art. 2º- Para atender ao disposto no Art. anterior, fica a Prefeitura Municipal autorizada a contrair um financiamento de " Cr\$ 818.000,00 (oitocentos e dezoito mil cruzeiros), junto a CREFISUL S.A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, em 12 " (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas de R\$ 97.284, 74 (noventa e sete mil duzentos e oitenta e quatro cruzeiros e setenta e quatro centavos), vencendo-se a primeira delas " 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato de financiamento.

Art. 3º- A Prefeitura Municipal dará à CREFISUL S.A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, Empresa Financiadora, em garantia do fiel cumprimento de todas as obrigações decorrentes " dessa operação e mencionada no contrato principal, sob a forma de alienação Fiduciária o próprio Equipamento a ser reformado, e dará também como garantia Subsidiária a caução das " parcelas do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), pertencentes ao Município, que representará o valor idêntico ao crédito concedido a que se refere o Art. 2º da presente Lei.

Art. 4º- Para dar cumprimento a todas as suas obrigações decorrentes desse Financiamento, a Prefeitura Municipal assinará contrato " no qual constará todas as condições, assim como outorgará, a fa vor da CREFISUL uma procuração por instrumento público, em ca ráter irretratável, até final pagamento de todas as obrigações" assumidas em decorrência do contrato objeto da presente Lei, " com poderes expressos para que a credora receba junto aos ban cos ou repartições públicas competentes os valores das cotas re feridas no Art. 3º, até o limite de Cr\$ 1.167.416,88 (Hum milhão cento e sessenta e sete mil quatrocentos e dezesseis cruzeiros" e oitenta e oito centavos), com todos os poderes especiais e ne cessários ao fiel cumprimento do mandato.

Art. 5º- Os Orçamentos Municipais consignarão dotações especiais en quanto houver débito em decorrência da operação autorizada, su ficientes para pagar as prestações vincendas que compreendem a amortização do principal e dos juros do empréstimo.

Art. 6º- Se, em qualquer época antes de findar o cumprimento das o brigações oriundas desse financiamento, houver qualquer modifi cação tributária ou nas participações do Município, extinguindo ou alterando o que já existe, tudo quanto surgir, quer quanto a tributação, quer no tocante às cotas e participações, responde rá, igualmente, pelo cumprimento das obrigações assumidas em de corrência da operação financeira, objeto desta Lei.

Art. 7º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revoga das as disposições em contrário.

Palácio Tocantins, Gabinete do Sr. Prefeito Municip al, em 27 de outubro de 1.980.

Jurimar Pereira de Macedo
Prefeito Municipal

Asor Nunes de Melo
Secretário